

**A importância do Psicólogo na Investigação Policial em
Homicídios de Autoria Desconhecida**

Lílian Afonso dos Reis

Juliany Gonçalves Guimarães de Aguiar

Universidade Católica de Goiás

Raimundo Rocha Medrado Júnior

Polícia Militar do Estado de Goiás

DS/APM

Goiânia 2007

A Importância do Psicólogo na Investigação Policial em Homicídios de Autoria Desconhecida

Lílian Afonso dos Reis

Juliany Gonçalves Guimarães de Aguiar

Universidade Católica de Goiás

Raimundo Rocha Medrado Júnior

Polícia Militar do Estado de Goiás
DS/APM

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

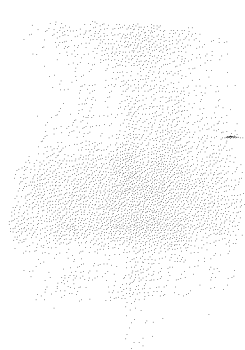
Goiânia, 2007

Biblioteca



00003037

159.9356.27
R 375
00003037



A Importância do Psicólogo na Investigação Policial em Homicídios de Autoria Desconhecida

Lílian Afonso dos Reis

Universidade Católica de Goiás

Artigo apresentado ao Centro de Estudos, Pesquisa e Prática Psicológica do Departamento de Psicologia da UCG como requisito parcial para a obtenção do grau de Psicólogo. Campo de Estágio: Delegacia de Investigação de Homicídios.

Banca Examinadora:

Juliany Gonçalves Guimarães de Aguiar
Presidente da Banca: Professor-Supervisor

Raimundo Rocha Medrado Júnior
Supervisor de Campo

Jorge Moreira da Silva
Professor Convidado

Data da Avaliação: ____/____/____

Nota Final: _____

Resumo

A Psicologia Investigativa é uma nova vertente da Psicologia Jurídica que tem como principal objetivo, demonstrar e elucidar a prática do conhecimento psicológico acerca de crimes de homicídio de autoria desconhecida (Cuzzocrea et al, s/d). Assim, este trabalho teve como objetivo demonstrar a importância do psicólogo na equipe de investigação. Foram analisados três casos. Administração de situações de crise foram perfeitamente abordados no caso um contido nos resultados. Perfilamento e análise de testemunho nortearam a apreciação dos casos dois e três abordados também nos resultados. Estes evidenciam a importância de tal trabalho por demonstrar aspectos que escapam às equipes de investigação, confirmando a necessidade de sua inserção na atual esfera social.

A Importância do Psicólogo na Investigação Policial em Homicídios de Autoria Desconhecida

A investigação policial requer a utilização de vários profissionais para que seja bem sucedida. Uma área nova e que promete ser de grande valia para as equipes de investigação é a Psicologia Criminal Investigativa. Mas como a Psicologia, ciência que estuda o comportamento e os processos mentais do ser humano pode ajudar a desvendar homicídios de autoria desconhecida? Para responder a essa pergunta deve-se a priori compreender os passos de uma investigação de homicídio.

Investigação

Garcia (1943) refere-se à investigação como o esclarecimento do fato delituoso e a descoberta de sua autoria. Aprofundando-se em tal conceito, de acordo com Sub-Núcleo de Investigação Criminal (2002), investigação é o conjunto de técnicas e procedimentos legalmente admitidos utilizados de uma forma ordenada e sistemática no sentido da descoberta de fatos materiais penalmente relevantes e sua reconstituição histórica utilizadas para elucidação do ato criminoso.

O Homicídio doloso de autoria desconhecida é o crime que mais exige das equipes de investigação devido sua complexidade e relevância. (Queiroz, Júnior, Santos, Pascoalick, Filho, Ferreira, Roseira, Reis, Zarzuela, Xavier & Baptista, 2002).

Sub-Núcleo de Investigação Criminal (2002) determina que o objetivo último da Investigação Criminal é, a resolução do problema que o Processo Penal refere: a verificação da existência das infrações, determinação de seus agentes e averiguação de

sua responsabilidade, ou seja, dar resposta à pergunta fundamental da Investigação Criminal: Quem cometeu o crime?

Para que esse questionamento venha a ser respondido em uma investigação clássica de homicídio, Queiroz e colaboradores (2002) abordam sete perguntas tradicionais essenciais: o quê? Quando? Onde? Como? Por quê? Quem é a vítima? Quem é o autor? As quatro questões iniciais são facilmente respondidas quando há um criterioso registro da ocorrência por uma unidade policial e pelas informações preliminares obtidas pelos investigadores.

A problemática da investigação referente à quinta, sexta e sétima questões acima citadas, inicia-se, se a ação do homicídio for depredadora, inumana e cruel, juntamente com a não participação da vítima em um grupo de risco agravando-se com o não conhecimento da autoria do mesmo.

É fato que ao se realizar uma investigação, recorre-se a uma vertente da área Criminal denominada Criminalística, que para Posterli (2001) é definido como um aspecto técnico que visa identificar e deter o criminoso através da análise de vestígios do delito. Estes, portanto, encontram-se no local de crime os quais poderão ser manuseados somente pelo Perito Criminal, o qual é o policial ou servidor a serviço da justiça, especializado em encontrar ou proporcionar a chamada prova técnica ou prova pericial.

Segundo Dorea, Stumvoll, e Quintela, (1999), a prova pericial é produzida mediante a análise científica de vestígios o que permite provar a ocorrência de um crime determinando de que forma este ocorreu e, quando possível e necessário, identificando todas as partes envolvidas, tais como a vítima, o criminoso e outras pessoas que possam

de alguma forma ter relação com o mesmo. Assim como o meio pelo qual se perpetuou o crime, com a determinação do tipo de ferramenta ou arma utilizada no delito.

Local ou cena de crime

Na visão de Horswell (2004), a posição ou o local de um incidente é normalmente chamado de cena de crime. Em alguns incidentes pode ser prontamente evidente que um crime de fato foi cometido e ele é 'uma cena de crime'. Contudo, em muitas situações uma das tarefas primárias do investigador de local de crime é determinar se este foi cometido. Um exemplo é de uma pessoa falecida. Em muitos casos, será óbvio se a morte não foi devido a causas naturais. Em outros casos pode ser questionável, o que torna necessária a presença do investigador na cena de crime para conduzir o início da investigação forense.

É de extrema importância na Investigação Criminal que todo o processo de inspeção ao local do crime seja minucioso e objetivo, pois, é neste momento que grande parte da Investigação se vai materializar. É que nesta fase pode desde logo ficar definido o quadro e o tipo de morte que naquele lugar aconteceu (Sub-Núcleo de Investigação Criminal, 2002).

O primeiro policial a chegar ao local, determina o cenário para tudo mais o que se seguir. Se ele fizer bem o que aprendeu na Academia, proteger o local e as evidências, será um bom começo para equipe de investigação. Caso contrário estará tudo perdido (Fletcher, 2007).

Dorea, Stumvoll, e Quintela (1999), ressalta ainda que é consenso que o exame pericial do local do crime é o ponto de partida da investigação. Deve-se considerar a

amplitude da área física abrangente, à proteção da totalidade dos indícios estando estes ou não relacionados com o fato a ser elucidado.

Um aspecto do local de crime que deve ser analisado minuciosamente para elucidação do ato é o corpo da vítima, pois além de possuir uma gama de informações pode conter evidências dentro, sobre, ao redor ou sob o mesmo. Ferimentos à faca, perfurações por disparos de armas de fogo com perfurações de entrada e de saída, evidências de respingos de sangue. O corpo possui milhares de evidências probatórias (Fletcher, 2007).

Para Dorea (1995), umas das evidências mais visíveis e de grande importância para a investigação são as manchas de sangue. Estas quando bem examinadas e interpretadas, fornecem precisamente a dinâmica do evento.

Ao analisar amostras de manchas de sangue, observa-se o tamanho, forma e distribuição das mesmas. O tamanho fornece a relação de como a mancha foi formada. A distribuição diz onde o evento de derramamento de sangue iniciou sua continuidade. Nas áreas iniciais de derramamento de sangue será menor e as finais, apresentarão o menor número de manchas podendo desta maneira, determinar o ponto inicial e final. A mancha dirá se atingiu a superfície em ângulo ou diretamente. Através dessa análise juntamente com alguns cálculos trigonométricos pode-se ter a posição exata da vítima e do atacante (Fletcher, 2007).

Além destas evidências, Dorea (1995) aponta que é necessário ter cuidado nas observações preliminares quanto aos limites do local de crime, pois este fornecerá dados para formular hipóteses que podem explicar as circunstâncias ali ocorridas. Este cuidado

baseia-se no fato de que o autor das circunstâncias que se desenrolaram deixou sinais de sua atividade e levou consigo também outros indícios.

E ainda, ater-se para a idéia incorreta de que o local de crime se constitui apenas na região onde o fato foi constatado é também de notável relevância para os investigadores criminalistas (Dorea, Stumvoll, & Quintela, 1999).

Confirmando essa premissa, Dorea (1995) relata que os indícios deixados no local de crime podem dar ao perito subsídios de outros locais que possam existir relacionados com o ato que ali ocorrera e com isso, desenrolar a investigação.

Cobra (1969), elucida que o investigador tem de recorrer à Psicologia, ciência que estuda o comportamento humano, mostrando que raça, sexo, idade, estado de saúde, educação, situações econômicas e sociais, profissão, religião e ideais políticos influenciam na forma de agir dos seres humanos.

Psicologia Criminal Investigativa

Oliveira (1992) enfatiza que o psicólogo criminal tem também como objetivo desvendar as tendências do criminoso indicando os rumos necessários à avaliação da sua periculosidade. O que é evidenciado por Farias Júnior (1990) que diz que é necessário conhecer por completo o criminoso por meio de sua vida psíquica.

A Psicologia Policial é perfeitamente justificada por ter maior aplicabilidade e informação nas questões humanas subjetivas. Há uma tendência em superestimar as provas objetivas e subestimar as subjetivas, o que deve ser totalmente combatido, pois estas são de suma importância e jamais desaparecerão (Cobra, 1969).

É através de todas essas observações que surgiu a necessidade de aplicação da Psicologia Investigativa que é um campo relativamente novo da Psicologia Jurídica, e apesar de ter sido desconsiderado devido seu caráter subjetivo está se inserindo as sistematizações teóricas científicas, em um âmbito, que ao ser examinado judicialmente torna-se operacionalmente eficaz (Cuzzocrea, De Leo, Giannini, Lepri & Scali, s/d).

Cuzzocrea et al (s/d), ressalta que a metodologia investigativa para traçar o perfil criminal parte da análise do crime cometido e através das informações obtidas nos indícios encontrados no local de crime, perícia, vitimologia e testemunho.

O Perfil Criminal está inserido em uma das práticas da Psicologia Investigativa e define-se como uma estimativa acerca das características biográficas e de estilo de vida do responsável por uma série de crimes graves e que ainda não tenha sido identificado. O objetivo do perfil é delimitar as características do presumível culpado para diminuir a estimativa de prováveis acusados ajudando a polícia focar e restringir as possibilidades de investigação, possibilitando-os centrar em dados concretos (Serrano, 2007).

O perfil criminal relatado por Serrano (2007), se restringe geralmente a crimes relevantes como homicídios e infrações. Quando se investigam homicídios onde os autores são desconhecidos, o perfil pode ajudar a solucionar o crime e encaminha a polícia em suas investigações.

Para que se possa traçar o perfil de um autor desconhecido, Serrano (2007) diz que é necessário utilizar o método dedutivo, ou seja, que tenta passar dos dados gerais a dados particulares de um único indivíduo, baseando-se na análise das evidências psicológicas da cena do crime.

Outro aspecto a ser levado em consideração quanto à Psicologia Investigativa é a do Perfil Geográfico relatado por Serrano (2007). Este perfil descreve o aspecto geográfico onde se desenvolve o delinqüente, suas cenas de crime, os pontos geográficos de seus crimes, a área em que atua, zona de risco e base de operação. Isso nos diz muito do mapa mental do assassino, que é a descrição de que o delinqüente tem em sua cabeça das zonas geográficas que desenvolve em sua vida.

Dois pontos relevantes para obtenção do perfil do autor é o estudo de seu *modus operandi* e assinatura. O primeiro menciona o método que o assassino usa para cometer seu crime. Descreve as técnicas e decisões que o homicida tenha tomado, revelando características psicológicas como: inteligente, descuidado, perfeccionista, planejador, dentre outros e ainda, proteger sua identidade consumando o ato com êxito sem que este atrapalhe sua fuga. Já o segundo, refere-se à motivação do crime, refletindo por qual razão o assassino faz o que faz, mostrando suas necessidades psicológicas (Serrano, 2007).

Esse autor aponta a importância da vítima, já que é protagonista do eixo criminal. Se esta falece, é necessário realiza uma autópsia psicológica que trata de reunir vários aspectos pessoais e sociais da vítima para que se possa classificar o risco que ela correu e obter informações de como o autor se relaciona com as vítimas.

A autópsia psicológica, de acordo com Werland e Botega (2002), é um tipo de avaliação retrospectiva para investigar as circunstâncias em que um indivíduo encontra sua morte, procurando estabelecer a intencionalidade de sua ação, esclarecendo se o modo de morte foi por suicídio ou não.

Uma área de atuação do psicólogo investigativo é a Psicologia do Testemunho que tem como objetivo verificar, através do estudo experimental dos processos psicológicos, a fidedignidade do relato do sujeito envolvido em um processo jurídico. Ela testa a fidedignidade do relato do sujeito através de instrumentos de análise psicológica, com estudos sobre memória, percepção e sensação, despertando interesse por parte da Justiça (Brito, 1993).

O psicólogo ao trabalhar com investigação depara-se com situações de crise no local de crime, principalmente com familiares e amigos da vítima. Para Goldenberg (1983), citado por Datillo e Freeman (2000), uma crise psicológica pode envolver uma perda - ou ameaça de perda - ou uma mudança radical no relacionamento da pessoa consigo mesma ou com outra significativa. Diante de uma mesma situação, diferentes indivíduos lidam com uma potencial crise com vários graus de competência ou sucesso. Traduzindo: uma crise surge quando o estresse e a tensão na vida do indivíduo atingem grandes proporções (Greenstone & Leviton, (1993), citados por Datillo & Freeman,2000).

A partir do referencial teórico acima citado percebe-se a importância da atuação do psicólogo investigativo criminal nas Delegacias Especializadas em Investigação de Homicídios.

A Delegacia de Investigação de Homicídios é um campo totalmente novo, desafiador e instigante para o trabalho do psicólogo, pois lida-se com situações conflitantes e diversas a maior parte do tempo que solicita o apoio do profissional que conheça a mente e o comportamento humano. Inicialmente, analisa-se os inquéritos já instaurados: forma de morte, autoria, vítima, laudos, testemunhos e, todos aspectos e

dados relevantes observados são repassados ao delegado responsável pelo inquérito e aos seus agentes.

Acompanha-se locais de crime para que através da observação do local, das evidências, *modus operandis*, assinatura possa traçar o perfil do possível autor agilizando o trabalho de investigação.

Pode ocorrer de a família da vítima estar no local muito sensibilizada e querer tocar no corpo tentando invadir o isolamento. O psicólogo nessa situação dá suporte à família para que ela possa colaborar com o trabalho da polícia.

Há situações em que ocorre o homicídio e a polícia consegue prender o autor horas depois, levando-o para a Delegacia e efetuar o flagrante. O psicólogo então, acompanha todo o procedimento policial ouvindo não só o depoimento do autor, como também, os dos policiais que o prenderam e das testemunhas. Se necessário em algum momento, dá-se o suporte para as pessoas que estiverem fragilizadas ou que solicitem conversar com o psicólogo.

Atendendo a solicitação do Delegado, o psicólogo conversa com testemunhas que presenciaram o fato, mas por alguma razão resistem a falar sobre a ocorrência do mesmo. O psicólogo, no entanto, avalia o que a testemunha apresenta com tal resistência e conversa sobre seus temores explicando a importância do mesmo para a resolução do caso e os procedimentos que são tomados para sua proteção.

Após tais informações, é notável que a proposta deste estudo é elucidar o desempenho do psicólogo nos locais de crime, na investigação, na avaliação de testemunho e nas administrações de conflito em um novo campo, Delegacias Especializadas em Investigações de Homicídios.

Método

Participantes

Polícia Civil (agentes, escrivães, delegados), Polícia Técnico Científica (peritos) envolvido direta e indiretamente nos inquéritos, locais de morte violenta, referentes aos crimes de homicídio e suicídio e testemunhas dos inquéritos.

Instrumentos

Inquéritos Policiais que são constituídos de laudos de local de crime, laudos cadavéricos, balística e papiloscopia, bem como de termos depoimentos e filmagens de locais de crime.

Procedimentos

Inicialmente fez-se um levantamento dos inquéritos já instaurados para delimitar quais poderiam ser trabalhados. Esse arrolamento foi proposto pelo Delegado Titular da Delegacia de Investigação de Homicídios, que expôs os casos mais complexos. O inquérito de L.S.M. (o caso três dos resultados), foi um dos mais interessantes de acordo com o objetivo proposto: pelo fato de não ter tido autoria, de não ter sido latrocínio como fora previamente definido, pelo grau de dificuldade e pelo possível autor poder apresentar transtorno de personalidade anti-social.

Houve também, a preocupação de efetuar levantamentos em locais de mortes violentas referentes aos crimes pertinentes a esta especializada, quais foram homicídios e suicídios. Dentre várias ocorrências, tanto as de homicídios (arma branca, arma de

fogo, encontro de cadáveres no rio, encontro de cadáver carbonizado) e suicídios (por arma branca, arma de fogo, enforcamento, envenenamento), foram escolhidas duas: o caso um e dois dos resultados. O caso um, que demonstrou de forma clara a atuação do psicólogo no local de crime, na investigação, na avaliação de testemunho e ainda, na administração de situações de conflito. E o caso dois, o qual confirmou a importância da atuação do profissional da psicologia no local de crime através de sua observação e conhecimentos do comportamento humano.

Resultados

Caso 1

Histórico: No dia (07/09/2007) aconteceu um crime de homicídio por arma de fogo. Imediatamente a equipe de plantão dirigiu-se ao local para constatar a veracidade do episódio. Lá a presença do cadáver de I. R. S., morta por disparo de arma de fogo, disparo este na região esternal. Foi apurado no local que a vítima ao sair do colégio E. J. B. na companhia do namorado D. às 21:30h na altura da quadra 08, lote 12, foram abordados por um veículo motocicleta cor amarela com dois ocupantes. O garupa desceu e anunciou o assalto exigindo carteiras e celulares, sendo levado a CNH, Identidade, um cartão de banco B. e a quantia de trinta e oito reais, todos estes pertencentes a D.. Vale ressaltar que as vítimas não reagiram, em ato um dos ocupantes da motocicleta efetuou um tiro de encosto matando I.R.S. na hora.

Atuação da estagiária de Psicologia: Feito o comunicado da ocorrência do crime, encaminhou-se à Delegacia especializada para dirigir-se ao local juntamente com a equipe de plantão. Na cena do crime, foram feitos os primeiros levantamentos a partir de observação. Inicialmente, analisou-se o ambiente geográfico, o corpo da vítima, a forma da morte, a arma utilizada e as evidências deixadas. A partir disso, houve a troca de informações com os peritos criminais para refutar ou considerar as prováveis hipóteses. Observou-se também, se houve ou não testemunhas para fazer o arrolamento do fato e do provável perfil do autor. Bem como, utilizou-se técnicas para administrar situações de crise, ou seja, suporte dado à família e amigos que se ali se encontravam. Comentou-se com o Delegado sobre as conclusões obtidas do levantamento feito. Na Delegacia, já

instaurado o inquérito, a estagiária de psicologia analisou os termos de depoimento do namorado da vítima.

Caso 2

Histórico: No dia (31/08/2007), esta especializada foi notificada por W. (CIAE) por volta das 14:30h de um encontro de cadáver do sexo masculino numa mata próxima ao João Leite. No local, encontrou-se um rapaz sem identificação com idade aproximada de vinte anos, nu, morto com várias perfurações na região do tórax feitas por arma branca e degolado.

Atuação estagiária de Psicologia: Informada sobre a ocorrência, a psicóloga criminal que se encontrava na Delegacia dirigiu-se juntamente com a equipe de plantão para o devido local. Neste, a coleta de dados iniciou-se a obtenção de informações com os Policiais Militares que faziam a preservação do local, ampliando-se para o local imediato no qual encontrava-se o corpo da vítima, para em seguida, avaliar o local mediato. No primeiro, uma mata situada ao fundo de uma avenida que estava sendo construída, havia um relógio caído próximo ao corpo, um pedaço de jornal sujo de sangue próximo aos pés da vítima que, encontrava-se despida. Esta havia recebido uma pancada de um instrumento corto-contundente na região do lobo frontal, sete facadas na região torácica e ainda degolado. As manchas de sangue estavam concentradas em torno da vítima. Não havia sinais de luta ou confronto. Fotografou-se tudo para posterior análise.

Há cerca de cinqüenta metros do local imediato à beira da avenida que estava sendo construída, foi encontrado um pedaço de pano branco com a ponta embolada. Há

aproximadamente quinhentos metros da cena do crime, ou seja, local mediato, passava o córrego João Leite no qual às suas margens foram encontrados: uma garrafa de bebida alcoólica quebrada, uma bituca de cigarro, uma bermuda azul da marca Nike, uma cueca azul e um calção de banho cor verde-água. Informou-se aos peritos a existência dessas evidências que foram desconsideradas. Tudo isso também fora fotografado para análises posteriores. Feito isso, foi discutido com alguns agentes possíveis hipóteses para motivação do crime e sua autoria.

Caso 3

Histórico: Segundo informações de dona K., esposa da vítima, por volta das 01:30h da madrugada do dia (15/01/2007), seu marido; L. chegou de viagem. Ele mesmo abriu o portão eletrônico e ela abriu a grade de acesso à garagem, daí, retornou para o interior da casa. Em seguida, quando já estavam deitados, foi surpreendida por um homem que a segurou por trás da nuca e a tirou da cama dizendo que a mataria se não abrisse o cofre. Ele a conduziu até o banheiro a amarrou e a trancou. Após isso, ouviu gritos do marido. Alguns minutos depois, arrastou-se pela casa, saiu pela porta dos fundos e conseguiu pular o muro lateral da casa mesmo estando amarrada e pediu socorro um casal de vizinhos idosos. Isto por volta das 05:30h da manhã, sendo a PM acionada. A pessoa de L. encontrava-se no chão do quarto ao lado da cama do casal e havia recebido pancadas no rosto e na parte de trás da cabeça por um objeto cilíndrico, maciço, de mais ou menos sessenta centímetros de comprimento e por volta de cinco centímetros de largura. L. não estava amarrado, demonstrando que foi pego de surpresa já recebendo os golpes. Não foi constatado qualquer arrombamento na casa.

Atuação da estagiária de psicologia: Este inquérito já se encontrava em andamento quando a estagiária de psicologia começou o trabalho na DIH. Então, pôs-se a analisá-lo e juntamente com os dados fornecidos pela equipe do Delegado Titular e seus agentes, notando que não se tratava de latrocínio e sim de homicídio doloso. Observou a filmagem do local de crime juntamente com o laudo cadavérico e fez a análise da forma como a vítima foi morta para traçar o perfil do possível assassino. Todas as evidências apontaram para sua esposa K.. Após isso, analisou todos depoimentos para verificar a veracidade dos conteúdos e possíveis envolvidos. A estagiária de psicologia acompanhou o segundo depoimento de K. e conseguiu levantar traços de sua personalidade. Em seguida entrou em contato com um tio de K. para saber dados de seu comportamento na infância, porém ele nada revelou achando que esta era uma agente disfarçada. Foram analisadas também as escutas telefônicas de K, que confirmaram ainda mais a possível tipologia de sua personalidade e as suspeitas de ser a provável autora.

Discussão

A experiência na Delegacia de Homicídios da cidade de Goiânia revela que a investigação é um excelente campo para aplicação dos conhecimentos em Psicologia. Ao chegar em um local de crime nota-se que os investigadores por serem profissionais da área de direito, estão muito preocupados com as provas objetivas, ou seja, as que produzem a materialidade do fato e em consequência à apreensão do autor.

É claro que o investigador ao chegar ao local do crime observa bem o local para traçar o mapa de sua investigação. Porém o psicólogo, que possui como instrumento de trabalho a observação, verifica todo local atentamente, utilizando todas suas habilidades, pois quem cometeu o crime, esteve ali de alguma maneira e deixou indícios de sua passagem, como também levou consigo alguns indícios de sua estadia naquele ambiente.

O psicólogo, inicialmente, respeita as evidências deixadas, andando com cuidado, não tocando em nada e ampliando sua área de busca para saber com que está lidando e de tal maneira, formular hipóteses a partir das evidências ali deixadas.

O que foi perfeitamente elucidado no caso dois dos resultados, que na cena havia evidências próximo ao local que foram mostradas para o perito pela estagiária de psicologia, mas que não foram a menos examinadas. Nesse sentido, a estagiária de psicologia poderia ter persuadido o perito a coletar as evidências encontradas mesmo que estas pudessem ser descartadas futuramente.

É necessário ressaltar que o psicólogo, para compreender os desígnios da mente humana e o que leva o ser humano a ter determinados tipos de comportamento, deve manter a mente sempre aberta. Isso é crucial em um ambiente que um homicídio fora

cometido. Permitir que a mente busque o que houve no local, se colocar no lugar do autor, procurar sentir o que a vítima viveu e tentar reconstituir como o fato aconteceu. Nota-se que anos de trabalho em investigação, podem de alguma forma contaminar a análise dos homicídios, determinando a priori a forma que ocorreram devido o contato com vários crimes semelhantes. O que é agravado pela incessante busca por evidências materiais (Fletcher, 2007).

Isto é evidenciado ao observar o caso um dos resultados, no qual nota-se que ao chegar ao local ficou claro pela disposição do cenário que não se tratava apenas de um crime de latrocínio, a posição do corpo, um único disparo efetuado, a bolsa da vítima jogada no chão, o namorado não sofreu nenhuma agressão, o fato de terem sido duas pessoas em uma motocicleta e a que estava armada, voltar para efetuar um único disparo na vítima, não se encaixava. Comunicada essa percepção ao Delegado, deu-se continuidade a análise do local. Conversou-se com a perita a respeito de sua percepção do caso, que foi semelhante com a da estagiária de psicologia. Informou-se ao Delegado sobre tais impressões. Já com o inquérito instaurado, a estagiária em psicologia analisou os termos de depoimentos do namorado da vítima, que mostrou muita contradição e situações de reação que não condiziam com o geralmente empregado.

Lidar com a mente humana e o comportamento humano, principalmente em um local de crime, mostra que em certas situações, uma análise não pode ser determinante e o psicólogo não deve ater-se somente a evidências objetivas, pois nem tudo é como parece ser.

Geralmente os investigadores ao depararem-se com alguns crimes, principalmente os violentos e inumanos, não conseguem compreender porque estes

ocorreram daquela forma, encontrando uma dificuldade para estabelecer a relação da vítima com um possível suspeito.

Ao formular hipóteses do que possivelmente ocorreu na cena do crime recorre-se à autópsia psicológica da vítima e inicia-se o perfilamento psicológico do possível autor, já que se trata de um trabalho relativo a crimes de autoria desconhecida, como cita Botega (2006).

A experiência na investigação de homicídio mostra que esse tipo de avaliação pode ser feita não só em casos de suicídios como também, em casos de homicídio de autoria desconhecida por levar a um retrato do comportamento do assassino. Saber informações como, quem é a vítima, o que fazia, traços de sua personalidade, como se comportava, dentre outros, dão subsídios para estabelecer a relação dela com o possível autor.

Após essa aplicação, analisa-se o cenário do crime, a forma como a vítima foi morta, a arma do crime, os traços de violência, crueldade, perversidade utilizados, a disposição do cenário, se houve sinais de luta ou tentativa de defesa, dentre outros e ainda, a provável motivação do autor para cometer o ato criminoso.

Todos estes pontos, objetivos e subjetivos levam a um perfil de assassino e o tipo de personalidade que possa ter, delimitando o número de suspeitos e agilizando o processo investigativo. O estudo dos tipos de personalidade e suas patologias é uma área da psicologia de relevância para a investigação criminal classificar e identificar comportamentos indesejáveis, bem como personalidades desviantes.

Definida a organização ou não do assassino, analisa-se seu *modus operandi* e sua assinatura. O primeiro refere-se à forma de operação do assassinato que se dá da mesma

forma todas as vezes que é realizado. E a assinatura é a marca, ou sinal que o assassino deixa em suas vítimas. Toda essa estrutura envolve a subjetividade do homicida, pois a escolha das vítimas, a forma como são mortas, a arma escolhida, a violência e perversidade utilizados, a assinatura deixada, revelam parte de sua história e sua forma de funcionamento, permitindo que seja assim identificado e devidamente apreendido e punido.

Confirma-se tais apreciações, ao observar o caso três dos resultados, o qual ao analisar a filmagem do local de crime, percebeu-se que as disposições do local mediato e imediato da cena do crime não condiziam com um cenário latrocínio. Não houve qualquer sinal de arrombamento na casa, sendo esta muito segura, possuindo muros altos e alarme. O fato de haver vários objetos de valor na casa e ainda, as chaves das motos e do carro estarem nos mesmos e não terem sido levados. A arma, uma barra de ferro, utilizada para o assalto o que também não é comum em crimes de latrocínio O modo como L. foi morto, não permitiu nenhum tipo de reação, evidenciando que ele estava dormindo ou sob efeito de algum medicamento. As manchas de sangue no local, de acordo com a perícia, indicavam que o autor do crime teria que estar em um plano superior pra desferir as pancadas em L., ou seja, subir em cima da cama. E que ainda, deveria estar descalço, pois não havia pegadas no lençol da cama da vítima.

O psicólogo pode administrar situações de crise ao chegar a um local de crime, pois dependendo onde for este, a família da vítima pode estar presente gerando assim, uma situação de crise, à qual deverá ser controlada pelo psicólogo para que não haja nenhum prejuízo na investigação. No caso um, os familiares e amigos da vítima encontravam-se muito fragilizados e abalados no local. A avó da vítima tentou invadir o

local para abraçar o corpo, quando o Delegado solicitou que a estagiária de psicologia a acompanhasse. Ao acompanhá-la toda sua dor e lamentação foi ouvida e devidamente ressaltada de tal forma que ela começou a elaborar o luto e começou a apontar fatos que poderiam ser investigados pela polícia.

Além de todo esse trabalho, o psicólogo pode ajudar os investigadores nas avaliações dos suspeitos, depoentes e testemunhas, analisando e aplicando técnicas comportamentais para a obtenção do maior número de informações verídicas do crime ocorrido e encerrar os inquéritos o mais breve possível. O que é perceptível ao ler o primeiro termo de depoimento de K. (caso 3), notou-se um testemunho de conteúdo superficial, confuso, não condizente com as evidências apresentadas no local do crime. Ao acompanhar o segundo depoimento de K., pode-se perceber que a mesma apresentava inadequação do afeto e labilidade afetiva. Proferiu um testemunho superficial e incongruente com o primeiro, além de um comportamento totalmente diferente ao que apresentava durante as interceptações telefônicas, levantando suspeitas. E pode ainda, prestar seus conhecimentos em inquéritos antigos que foram arquivados por falta de subsídios para a apreensão do suspeito.

A falta de bibliografia na área mostra a deficiência deste tipo de trabalho nas investigações dos casos de homicídios de autoria desconhecida, o que muitas vezes ocasiona o arquivamento dos mesmos.

Quando se fala em investigação, crimes, assassinatos violentos, assassinatos com autoria desconhecida, é relevante que o psicólogo utilize todos seus conhecimentos e embasamentos teóricos para a solução dos mesmos. A psicologia é uma ciência tão abrangente por inserir-se nas mais diversas áreas de atuação profissional. Por que não

utilizá-la na solução de crimes de autoria desconhecida já que é notável a necessidade desta nova vertente nas investigações?

Referências

- Botega, N.J., Werland, B. G. (2006). *Avaliação retrospectiva (autópsia psicológica) de casos de suicídio: considerações metodológicas*. Porto Alegre: Psico.
- Brito, L.M.T. (1993). *Separando: um estudo sobre a atuação do psicólogo nas Varas de Família*. Rio de Janeiro, Relume-Duramá: UERJ.
- Cobra, C. N. (1969). *Manual de Investigação Policial*. 4ª ed. São Paulo Escola de Polícia de São Paulo.
- Cuzzocrea, V., De Leo, G., Giannini, M., Lepri, G.L., Scali, V. (s/d). *Psicologia Investigativa: Una Nuova Sfida Della Psicologia Giuridica*. (<http://w3.uniroma1.it/pololatina>) Biblioteca Mario Costa sede Latina.
- Dalgalarrodo, P. (2000). *Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais*. São Paulo: Artmed.
- Datilio, F.M., Freeman, A. e colaboradores (2004), *Estratégias Cognitivo-Comportamentais de Intervenção em Situações de Crise*. Porto Alegre: Artmed.
- Dorea, L. E. (1995). *As manchas de sangue como indício no local de crime*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto.
- Dorea, L. E. (1995). *Local de Crime*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto.
- Dorea, L. E. C., Stumvoll, V. P., Quintela, V. (1999). *Criminalística*. Porto Alegre: Sagra de Luzzatto.
- Farias, J. J. (1990). *Manual de Criminologia*. Curitiba: Universitária Champagnat.
- Fletcher, C. (2007). *CSI-Não existe crime perfeito*. Rio de Janeiro: Ouro Publicações Ltda.
- Garcia, I. E. (1943). *Procedimento Policial: inquérito*. 8ªed. Goiânia: AB.
- Horswel, J. (2004). *The Practice of Crime Scene Investigation*. New York: CRC Press.
- Oliveira, F. A. (1992). *Manual de Criminologia*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Posterli, P. (2001). *Temas de Criminologia*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Queiroz, C.A. M. e colaboradores (2002). *Manual Operacional do Policial Civil: doutrina, legislação e modelos*. São Paulo: Delegacia Geral de Polícia.
- Serrano, J.J. (2007). *Perfil Psicológico Criminal*. Madrid: Artigo
- Silva, D.M.P. (2003). *Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
-

Sub-Núcleo de Investigação Criminal (2002). *A Investigação Criminal*. Lisboa: Escola
Prática Da Guarda.